

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ENSINO DE HISTÓRIA E AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS AFROBRASILEIRA NA CULTURA POTIGUAR: (RE)PENSANDO A DIVERSIDADE E A ETNICIDADE NO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Daniel Luiz Sousa de Lima

SEEC/RN

demianfrom@gmail.com

No Rio Grande do Norte, o mito da mestiçagem, em que a democracia racial é uma verdade, teve grande impacto, aliando-se ao esforço da construção de uma memória que destaca os feitos de grupos oligárquicos ao mesmo tempo em que há uma tentativa de apagamento da presença e legado por comunidades étnicas de negros e índios, dentre outros grupos sociais considerados subalternos. Apesar disto “quando examinamos de perto a tradição oral, verificamos a existência de elementos recorrentes que, apreendidos conjuntamente, terminam por informar sobre um passado que não foi registrado nos livros de história” (CAVIGNAC, 2003, p. 2).

A historiografia do Rio Grande do Norte foi construída entre o início e meados do século XX, sendo até hoje essas produções consideradas referências pra quem decida se debruçar a estudar a história do estado. As produções são de Tavares de Lyra (1921), Rocha Pombo (1922) e Câmara Cascudo (1955). É compreensível que essas produções carreguem a marca das disputas políticas e culturais, frequentes na construção de uma história que pretendia privilegiar alguns aspectos ou grupos sociais em detrimento de outros, sendo ainda hoje, aporte teórico que sustenta boa parte das produções historiográficas no estado.

Portanto, neste contexto, há grupos sociais que foram deixados à margem de todas as narrativas oficiais sobre a história do RN, sendo relegadas ao esquecimento, e muitas vezes considerados inexpressivos ou inexistentes, caso específico dos indígenas e negros. Assim, a historiografia hegemônica do estado invisibilizou os grupos étnicos não europeus.

A história do estado, construída a partir da visão de uma elite intelectual e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

econômica, nega e exclui, quase que sumariamente, a participação de outros grupos no processo de construção socio-cultural do povo potiguar. O problema da invisibilidade se agrava ainda mais quando essa historiografia é repetida, mesmo tendo passado mais de um século e sob a luz de novas demandas, sem nenhuma análise crítica que possa ajudar a construir uma sociedade mais igualitária e livre de preconceito, potencializando o efeito negativo a partir do momento em que copia-se, de forma literal, em materiais que são voltados para a sala de aula do ensino básico de educação, tratando, historicamente, situações étnico-raciais como não sendo um problema a ser considerado na sociedade.

Portanto, é comum nos depararmos em materiais que tratam sobre a história do Rio Grande do Norte afirmações que tentam apagar a presença dos negros, diminuindo sua participação na formação social do estado por meio de afirmações contundentes, tais como: “a presença do escravo negro foi uma constante nas atividades econômicas da capitania do Rio Grande, mas não uma determinante econômica” (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 71). A afirmativa, cópia de Câmara Cascudo, não incute somente a ideia da inexpressividade da mão de obra escrava na vida econômica do estado, não podemos desvinculá-la de uma tentativa de apagamento da influência dos negros na composição demográfica da população. A saber, a obra de Cascudo traz a seguinte passagem que nos confirma a ideia intrínseca de inexpressividade étnica do povo negro: “economicamente o escravo não foi indispensável ao Rio Grande do Norte e, etnicamente, constituiu uma constante e jamais uma determinante” (CASCUDO, 1984, p. 47).

Obviamente a ideia da população diminuta de escravos e da inexpressividade destes na composição étnica e na vida econômica do RN tem a finalidade, também, de nos demonstrar que a pouca presença destes resultou em uma influência quase nula no que concerne as manifestações culturais, diminuindo a importância ao legado cultural que não fosse advindo diretamente da África. O professor Tarcísio medeiros, por exemplo afirma que “são autos brasileiros de assuntos africanos, apenas e tão somente: Os congos e o bambelô, este em comum com os nativos” (MEDEIROS, 1978, s.n.). Destarte, constrói no imaginário popular que os negros não contribuíram com a cultura e sociedade potiguar, proposta que também repercute a visão elitista de uma negritude considerada genérica, que perdeu sua originalidade, e dessa forma, refletem a ideia de que alguns

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

povos não podem ser mais considerados como autênticos negros (CAVIGNAC, 2003).

A história como posta, dificulta, e até inviabiliza, a formação de uma identidade positiva dos negros e negras no estado. Como é possível reconhecer ou valorizar algo que se não se conhece? Afinal, os sujeitos “Não querem ser classificados, com toda razão, como ‘negros’ ou ‘índios’, categorias que não correspondem a nenhuma história, exegese ou experiência própria ao grupo” (CAVIGNAC, 2003, p. 6).

Contrariando as afirmações de inexpressividade étnica e cultural dos negros, em 2009, o Centro de Estudos Afro-Orientais - CEAFFRO, da Bahia, esteve no Rio Grande do Norte com a finalidade de fazer um levantamento sobre políticas públicas e movimentos negro no estado. Após reuniões com lideranças e representantes de entidade e organizações negras, constatou que Câmara Cascudo é apontado como o responsável pelo fato do estado ser reconhecido no Brasil como aquele que tem uma presença insignificante de negros e índios, o que, obviamente, dificulta o processo de formação de identidade.

Apesar da tentativa de apagar a influência dos mais diversos grupos étnicos, o levantamento da CEAFFRO aponta a presença de diversas manifestações culturais afro-descendentes como “a capoeira, o boi calembá, o congo, assim como os quilombos e as religiões de matrizes africanas expressam uma cultura negra viva e pulsante, mesmo com a existência de uma ideologia que tenta negar a existência das influências afro-ameríndias” (CEAFFRO, 2009, p. 8). A partir dessa constatação, o que propomos nesse projeto foi, por meio dessas manifestações culturais, construir conhecimento sobre relações étnico-raciais no espaço escolar.

Portanto, há uma dificuldade na historiografia do Rio Grande do Norte em reconhecer a questão étnica como um problema, o que ocasiona um obstáculo na formação identitária relacionada ao povo negro, porém, contrariando as afirmações sobre a história e cultura afro-brasileira no estado, há diversas manifestações culturais que são reconhecidamente de origem étnica negra, e seus praticantes reivindicam o reconhecimento da sua identidade em torno delas.

Os processos históricos vistos em sala de aula podem reforçar alguns estereótipos e preconceitos, e que se determinadas afirmações forem repercutidas na escola sem que haja uma problematização, elas podem prejudicar a construção de identidades positivas,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

isso ocorre principalmente se compreendermos que a população afro-brasileira é vista nos materiais didáticos principalmente sob a ótica da escravidão, em contexto de pós-abolição somem de quase todas as narrativas.

No currículo de História comumente utilizado, os negros estão presentes nas narrativas referentes à História do Brasil, sobretudo, no período colonial e imperial, intrinsecamente ligados as questões de escravização, porém nos parece que não é suficiente discutir a temática da escravidão para que alunos compreendam que as consequências dessa experiência ainda estão presentes na sociedade. A forma de abordagem desse conteúdo é outro aspecto a ser considerado. Em certas ocasiões, é perceptível o desconforto dos alunos negros durante essas aulas, principalmente, com relação à forma que a escravidão é abordada nos materiais didáticos, em que se reforçam estereótipos de subalternidade. Algumas vezes, em aulas que falávamos da herança cultural dos povos africanos, os batuques e a religiosidade tornaram-se motivo de muitas risadas ou de repúdio por parte de alguns alunos, sempre associando essas manifestações a algo ruim e de forma pejorativa.

Se considerarmos que no Rio Grande do Norte a História foi construída privilegiando narrativas que dão destaque a uma elite cultural, política e econômica, e em torno de uma memória da escravidão em que pressupunha um sistema dócil e benevolente, então se torna ainda mais prejudicial no imaginário da população e dos discentes.

Feito este panorama, e como esse artigo se trata de material didático, é profícuo caracterizar o espaço para qual ele foi planejado. O projeto foi pensado e aplicado na Escola Estadual Zila Mamede – EEZM. A escola situa-se no conjunto Pajuçara 1 sendo a única instituição pública que oferece ensino médio em todo o bairro do Pajuçara. O bairro é o segundo mais populoso da Zona Norte da capital do estado, Natal, composto por diversos conjuntos habitacionais e loteamentos. Segundo dados do último Censo do IBGE a renda per capita de 60% da população girava em torno de $\frac{1}{4}$ a 1 salário mínimo (PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL, 2012). O Pajuçara, portanto é um bairro que se expandiu para atender a demanda da população trabalhadora por moradia a custo baixo, embora distantes de seus locais de trabalho, ainda na década de 1980.

No ano de 2017 e 2018, como supervisor do Programa Institucional de Bolsas de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Iniciação à Docência – PIBID, Subprojeto História/UFRN, orientei os bolsistas do programa na produção de um relatório diagnóstico da escola, para que alguns problemas enfrentados pela escola fossem levantados, por meio de dados, na tentativa de perceber quais eram as demandas decorrentes da própria escola para nortear o trabalho de planejamento das aulas de história.

Foram aplicados questionários com as turmas e os dados levantados foram significantes para a realização deste trabalho. Com eles descobrimos que o bullying é um problema central na escola, pois dos 149 alunos que responderam ao questionário, 42% disseram já ter presenciado alguma forma de bullying no ambiente escolar e 23% afirmaram ter sofrido ou presenciado algum caso de racismo, também na escola. Identitariamente 50% dos alunos se consideram pardos, 17% pretos e 23% se denominam brancos. Obviamente, no cotidiano escolar nós detectamos casos problemáticos em relação ao racismo, e o questionário diagnóstico evidenciaram que era preciso se dedicar com mais afinco às questões étnico-raciais na escola, principalmente ao respeito a diversidade.

É profícuo informar que pedimos para que os alunos nos apontassem o que eles estavam chamando violência, dessa forma, constatamos que alguns casos de bullying constituía-se na verdade como racismo, caracterizados por xingamentos como “macaco”, ou apelidos relacionados a cor da pele ou do cabelo. Os casos relatados de bullying estão relacionados a aspectos físicos como beleza, estatura, etc.

Outro dado relevante na caracterização do público escolar é quanto ao aspecto religioso, onde 46% dos alunos se denominam evangélicos, das mais diversas denominações, e 39% católicos. Partindo disto podemos afirmar que a escola está, como a realidade brasileira, inserida no seio de uma comunidade predominantemente cristã. Portanto é comum os professores relatarem, inclusive nas aulas de história, relatarem dificuldades em trabalhar temas ligados às questões de gênero ou à religiosidade de matriz africana.

No ano de 2016 a escola abrigava algumas festividades e celebrações religiosas. Em uma dessas ocasiões, um culto evangélico no intervalo das aulas, o gestor foi questionado quanto a laicidade do espaço escolar e se haveria espaço para outras correntes religiosas, como as de matrizes africana. A resposta foi emblemática, pois afirmou

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

enfaticamente que só seria possível a abertura da escola para qualquer igreja de vertente cristã. É importante notar como esses episódios demonstram o quanto a escola, enquanto instituição controlada por pessoas não comprometidas com o bem comum e com os direitos humanos, não contribuem para o reconhecimento da diversidade presente na sociedade brasileira, o que corrobora com a afirmação de Petronilha Silva:

O ocultamento da diversidade no Brasil vem reproduzindo, tem cultivado, entre índios, negros, empobrecidos, o sentimento de não pertencer à sociedade. Visão distorcida das relações étnico-raciais vem fomentando a ideia, de que vivemos harmoniosamente integrados, numa sociedade que não vê as diferenças. Considera-se democrático ignorar o outro na sua diferença (SILVA, 2011, p. 26).

Os dados levantados com o diagnóstico foram importantes para mostrar ao professor, de forma mais objetiva, os problemas enfrentados cotidianamente, tornando-se realidade do aluno fundamental para estabelecermos um critério de seleção de conteúdos que possam ajudar a diminuir a distância entre o ensino de História e as experiências dos alunos, marcadas por problemas de infraestrutura, de intolerância ou racismo.

Diante do exposto, compreendemos que a tarefa do professor é bastante complexa, não se resume apenas a “passar a matéria” ou “explicar o conteúdo”, é necessário combater as situações travaestidas de normalidade. Compreendemos que essas situações não constituem uma particularidade da EEZM, elas estão presentes em muitas salas de aulas no Brasil, e nem sempre estamos preparados para enfrentá-las. Destarte, para nossa realidade foi fundamental construirmos estratégias e ações que levassem nossos alunos a entender a questão da diversidade como algo realmente existente e que deve ser respeitado.

Este trabalho foi pensado a partir da realidade da escola e das suas problemáticas, consideramos eficaz essa posição de pautar as demandas dos alunos e alunas no planejamento para que consigamos atingir os objetivos de um ensino que realmente seja significativo. Neste caso, como ocorre muitas vezes, não partimos da metodologia na construção de jogos ou outros formatos que pudessem apenas serem atraentes e os

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

fizessem decorar ou adquirir determinados tipos de conhecimento para a produção ou execução de uma tarefa. Muito embora, a elaboração do material tenha pensado nas interações com os alunos que vão além da leitura e análise de fontes e documentos escritos ou enfadonhos, eles foram apresentados a inúmeras possibilidades como vídeos, fotos, imagens, desenhos, etc. Destarte, neste projeto buscamos o atrativo por meio dos problemas enfrentados por eles cotidianamente.

Na EEZM, e em diversos locais, as questões do racismo muitas vezes são travestidas de brincadeiras, por apelidos depreciativos que desfavorecem a imagem dos negros e negras. Compreendemos que é na adolescência o período em que as identidades são construídas, as questões de beleza, corpo, cabelo, entre outras, acabam assumindo um papel importante na autoestima, quando essas características se tornam alvo de depreciação, pode haver um afastamento ou negação.

Obviamente esta atividade aqui relatada não é algo pontual, na EEZM vêm se enfrentando alguns problemas referente às relações étnico-raciais, que ao contrário do que ainda hoje tentam pregar, nem sempre são amistosas. Já foram desenvolvidas palestras com africanos para desconstruir as ideias difundidas no senso comum sobre o continente, roda de conversa com pessoas que participam do movimento negro e discutem sobre identidade negra e sua representatividade nos mais diferentes espaços, dentre outras ações.

Cotidianamente em sala de aula, há um esforço para que seja demonstrada outras visões de História onde os negros não apareçam sempre como vítimas passivas da elite branca, mas como sujeitos que sempre resistiram, de diversas formas, como sujeitos determinantes no processo histórico. É nesse contexto que o projeto da exposição e sequência didática foi construído e aplicado.

O projeto foi aplicado no sentido de problematizar o apagamento da população negra na construção da História do Rio Grande do Norte, dar visibilidade às suas manifestações culturais, bem como tentar diminuir os estereótipos associados às manifestações culturais afro-brasileiras.

O material didático disponibilizado nas escolas do estado para subsidiar as discussões sobre cultura no RN, mostrou-se insuficiente na abordagem dessa temática, sobretudo se considerarmos que ele repercute um discurso de negação sobre a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

participação dos negros na construção histórica e formação cultural do Rio Grande do Norte, dificultando, além de se afastar da visão de uma sociedade plural e diversa, impactando diretamente na sala de aula, pela forma como a questão étnica é abordada, ou silenciada. Entendemos que as narrativas históricas podem reforçar estereótipos e preconceitos, e que se determinadas ideias forem repercutidas na escola sem que houvesse uma problematização crítica, são perspectivas que podem prejudicar a construção de identidades positivas.

Os livros de História regulares também têm fragilidades, pois a população afro-brasileira é vista nos materiais didáticos principalmente sob a ótica da escravidão, e no contexto de pós-abolição somem de quase todas as narrativas. Por isso, é importante que profissionais de história reformulem suas abordagens, principalmente tentando compreender e mapeando quais as contribuições da população negra, fugindo, dessa forma, das situações pitorescas, onde o negro é sempre colocado a partir de uma visão exótica.

Compreendemos que na escola os currículos determinados pelos livros didáticos são permeadas pelo etnocentrismo e Segundo Maria Telvira é marcada “pelos pressupostos de uma ideia de História universalizante, cronológica e eurocentrada” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 24). Portanto, não se trata somente de inserir conteúdos que falem dos povos africanos, é necessário que se tenha uma nova visão sobre como se escreve e sobre qual visão é perpetuada.

Trabalhamos neste projeto com material didático produzido pelo próprio professor no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, o trabalho intitulado **Cultura e educação: contribuição à valorização do patrimônio afro-brasileiro na cultura potiguar** traz, como todo trabalho do programa, uma parte propositiva, neste caso uma exposição fotográfica aliada a uma sequência didática, chamada de **Cultura Negra no RN: diversidade e etnicidade**, título que também foi dado a este trabalho.

A sequência didática traz uma exposição fotográfica sobre as manifestações culturais afro-brasileiras presentes no Rio Grande do Norte, com o intuito de desconstruir estereótipos e preconceitos criados não só sobre essas expressões culturais, mas sobre os negros e a cultura afro-brasileira em geral. Dessa forma, também é uma preocupação

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

da atividade construir uma imagem positivada do negro na sociedade potiguar, apresentando outras matrizes culturais que se fazem presente na construção da sociedade norte-rio-grandense.

O material é composto por uma exposição fotográfica de manifestações culturais afro-brasileiras, dos grupos que as praticam e dos locais de culto, de suas apresentações ou comunidade. Além das fotos, compõem a sequência didática fontes escritas, de autores e tempos diversos. Os grupos que foram escolhidos para compor o trabalho são: Terreiro Ilê Axé Olorum Malé, que representa o Candomblé; os Congos de Combate de São Gonçalo do Amarante; o grupo de Capoeira Cordão de Ouro e o Memorial da Capoeira; e por fim, a dança do pau furado, também chamada de coco zambê, da comunidade quilombola de Capoeiras/Macaíba.

Todo o material é acompanhado de um caderno com as orientações para os professores e professoras, além de um roteiro de análise para cada fonte. Como esse material é parte integrante de uma dissertação do PROFHISTÓRIA, a exposição e o caderno estão disponíveis nos repositórios da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, e no repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. Portanto, ela está acessível para que outros discentes utilizem-na e façam as adaptações para suas realidades, bem como reproduza-a em formatos diversos. As fontes escritas apresentadas para os alunos, juntamente a exposição, são trazidas no intuito de confrontar diferentes perspectivas sobre as práticas que estão sendo estudadas, levando os docentes a questionar e trazendo uma complexidade às possibilidades analíticas desses documentos. Com isso, é possível a problematização dos significados sociais e culturais atribuídos a essas manifestações em diferentes temporalidades e em diferentes sujeitos.

Todos os materiais sobre as manifestações (imagens e fontes escritas), são acompanhados de roteiro de análise, na tentativa de orientá-los a perceber algumas particularidades das imagens e fragmentos de texto, confrontando-os e problematizando seus significados.

Ao final de todas as análises, o material também traz algumas propostas de atividades, tornando o resultado da experiência apresentáveis para a escola. As propostas são facilmente adaptáveis a cada realidade, os professores e professoras que irão utilizar

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

o material pode sugerir atividades diferentes daquelas que estão na sequência, isso depende dos objetivos e das realidades de cada um. Em geral essas propostas são de caráter interdisciplinar, trabalhando diversos aspectos dessas manifestações, além disso a produção dos alunos ao final do projeto pode assumir diversos produtos, como criação de vídeos, exposição de fotos, revistas em quadrinhos, exposição de desenhos dentre inúmeras possibilidades que dependem da orientação do discente ou mesmo das habilidades dos próprios docentes. A intenção com essas propostas é que os alunos possam desenvolver pensamento crítico e construir, coletivamente, conhecimento histórico.

As fontes escritas têm características distintas, mostrando diversas perspectivas. Todas elas trazem uma fonte que consideramos que, na sua escrita, alimentam algum tipo de estereótipo sobre essas manifestações, para os casos do Pau furado e dos Congos de Combate são apresentadas afirmativas de folcloristas do estado, Câmara Cascudo e Défilo Gurgel; e para o Candomblé e a Capoeira, trechos do Código Penal de 1890 que proibia as práticas dessas duas manifestações, além de uma afirmativa de Nina Rodrigues, no caso da religião. Destarte, a primeira fonte é apresentada no sentido de levá-los a pensar como essas manifestações foram vistas de forma estereotipada, o que justifica os preconceitos que envolvem essas práticas culturais.

Uma outra perspectiva, que podemos considerar neutra, são as definições dessas manifestações retiradas do dicionário Michaelis online, trazidas para serem analisadas no intuito de promover questionamentos sobre essas definições que se mostram objetivas e sem nenhuma intencionalidade, mas que cristaliza significados. Dessa forma, as informações que supostamente seriam neutras trazem em si ideias que podem ser contextualizadas e confrontadas com outras visões.

Por fim, todas as manifestações presentes no trabalho são apresentadas trechos de entrevistas que foram realizadas com mestres dessas expressões culturais para a composição do trabalho. Essa última fonte era imprescindível que estivessem no trabalho, pois elas aparecem na tentativa de trazer a visão dos próprios sujeitos acerca das suas expressões, demonstrando quais os significados que essas pessoas atribuem às suas práticas, qual sua importância na comunidade em que estão inseridos, e em que medida são construídos a partir de suas experiências e lutas.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Portanto, as fontes são trazidas para análise como recursos didáticos, levando os alunos a compreenderem como se constrói conhecimento, além de ser um ótimo exercício para que em tempos de *fake news* eles possam compreender como fazer pesquisas e saber identificar e filtrar informações por meio de análise de fontes. A ideia com essas análises é também mostrar como as interpretações acerca das manifestações culturais estudadas podem mudar ao longo do tempo, de acordo com o lugar de fala de quem está enunciando e, principalmente, de acordo com os objetivos de cada sujeito.

Cada sala de aula é única e contém diversas particularidades, mesmo que consideremos as situações comuns, as demandas que decorrem a partir destas são diferentes. Por isso, o material didático, e esta experiência em específico pode ser replicada e ajustada de acordo com as realidades mais diversas.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DISEI, 2013.

CASCUDO, Luis da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Natal/Rio de Janeiro: Fundação José Augusto/Achiamé, 1984.

CAVIGNAC, Julie. A etnicidade encoberta: ‘Índios’ e ‘Negros’ no Rio Grande do Norte. **Mneme** – Revista de Humanidades/UFRN. Rio Grande do Norte, v.4, n.8, abr./set. 2003.

CEAFRO, CEAO-UFBA. **Informe sobre políticas e movimentos negros no Rio Grande do Norte**. Disponível em: <http://www.ceafro.ufba.br/web/arquivos/publicacoes/Informe_Rio_Grande_do_Norte.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CONCEIÇÃO, Maria Telvira. **Interrogando discursos raciais em livros didáticos de História: entre Brasil e Moçambique -1950-1995**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2015, 271fls.

MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **História do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

MEDEIROS, Tarcísio. **O negro na etnia do Rio Grande do Norte**. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Editora Universitária, nº 70, Natal, 1978.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL. **Conhecendo melhor seu bairro**. Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. Novembro, 2012.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. In: FERNANDES, Alexandra Borges. FONSECA, Marcus Vinícius. SILVA, Carolina Mostaro Neves da. (org.) **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.